

ANÁLISE DO DISCURSO E HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: MATERIAIS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sônia Maria Nogueira (UEMASUL)

ssonianogueira@gmail.com

Roniela Almeida Moreira (UEMASUL)

ronielameida@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é integrante de projeto desenvolvido pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Maranhão – GELMA, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, ligado ao curso de letras do Centro de Imperatriz, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão/UEMASUL, com a linha de pesquisa em Discurso, Memória e Ensino. Assim, busca-se identificar como se dá a construção do *ethos* discursivo no ensino de língua portuguesa, a partir da observação de materiais didáticos do ensino de língua portuguesa e, para tanto, tomam-se como base os princípios teóricos da análise de discurso de linha francesa, particularmente os conceitos de análise do discurso, de Dominique Maingueneau (1989) e Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (2005); conceitos de memória, de Maurice Halbwachs (2006) e de Jacques Le Goff (1990); e historiografia linguística, de Konrad Koerner (1996). Desse modo, nosso *corpus* de estudo é constituído pelas fontes documentais primárias, escritas e produzidas na segunda metade do século XIX, *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Classicos, ou Guia para a Construção Portuguesa, e Grammatica Portugueza Accommodada aos principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica*, ambas de Francisco Sotero dos Reis (1870; 1871); *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873), e *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Filipe Benicio de Oliveira Condurú (1888), publicadas em São Luís, no Maranhão. Nessa perspectiva, pretendemos contribuir em (re)avaliar alguns conceitos que os educadores têm a respeito do ensino da língua materna.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Análise do discurso.
Historiografia linguística. Gramaticografia maranhense. Ensino.

1. Considerações iniciais

O presente trabalho visa questionar o tratamento dado à língua, linguagem e gramática, e às bases da gramaticografia maranhense, a partir de manuais didáticos produzidos no Maranhão na segunda metade do século XIX; e, a partir disso, buscar compreender de que modo a legisla-

ção educativa do período, incide sobre a forma como os autores manifestam seus discursos sobre o ensino da língua portuguesa.

Faz-se necessário entendermos a concepção do termo gramaticografia. Assim, Pierre Swiggers (1990, *apud* MEDEIROS, 2007, p. 32) ressalta que

uma das áreas mais estudadas pela historiografia da língua portuguesa é a história da gramática – gramaticografia – em que o historiógrafo observa, descreve e explica como se desenvolveu o conhecimento linguístico no momento da produção da gramática estudada.

Nesse sentido, nosso *corpus* de estudo é constituído por fontes documentais primárias, sendo estas produzidas pelos próprios professores e gramáticos, e adotadas nas escolas da época em análise, a saber: *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa*, de Felliipe Benício de Oliveira Condurú (1850); *Grammatica Portuguesa, Accomodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica*, de Francisco Sotero dos Reis (1866); *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portuguesa pela Analyse dos Clássicos*, de Francisco Sotero dos Reis (1870) e *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873).

Assim, para a análise do *corpus* utilizaremos a análise do discurso, no que diz respeito às teorias de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (2015) e Dominique Maingueneau (1989), que nos oferecem suporte para compreendermos a formação discursiva, a formação ideológica e as condições de produção dos manuais didáticos e gramáticas analisadas. Desse modo, para a compreensão dos processos históricos e linguísticos que influenciaram a produção dos autores, nosso aporte teórico está na historiografia linguística, bem como os seus princípios teórico-metodológicos de análise propostos por Konrad Koerner (1996), a saber: contextualização, imanência e adequação.

2. Considerações sobre análise do discurso

A análise de discurso francesa visa analisar não apenas os elementos gramaticais da língua, mas também aqueles externos a ela, tais como os aspectos históricos, sociais, culturais e ideológicos que perpassam os discursos produzidos e que neles são refletidos. Assim, esta teoria trabalha “a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele”, de acordo com Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

(2000, p. 20), e é definida, inicialmente por Dominique Maingueneau (1989, p. 13), como “estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”.

A análise do discurso tem em sua etimologia do nome o significado de palavra em curso, percurso, compreendendo, dessa forma, que tratamos da palavra em movimento, analisamos o homem falando. Partindo destes pressupostos, busca-se entender a língua e seus reflexos em um âmbito social que constituem a história do homem, uma vez que a linguagem na análise do discurso tem o papel de mediadora entre homem e sociedade, uma vez que toma como base a existência humana, trabalhando com a língua no mundo, considerando o homem na sua história. Nesse sentido, Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (2015, p. 57) afirma que “a análise do discurso não procura só sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”. Esse olhar sobre o discurso teve início nos anos 1960, dessa maneira sua perspectiva era estudar o funcionamento da língua para produção de sentidos.

Assim sendo, justifica-se estudos sobre a análise desses discursos imbricados na gramatografia e nos manuais didáticos de autores maranhenses da segunda metade do século XIX.

3. Considerações sobre historiografia linguística

A historiografia linguística tem como foco a análise de documentos que incidem sobre algum aspecto da língua, resgatando os traços contínuos e descontínuos das ideias linguísticas. Nessa perspectiva, a historiografia linguística surge na França, sendo resultante do novo paradigma histórico vigente nas décadas de 1960 e 1970, que emerge com a criação da revista dos *Annales*, proposta por Lucien Febvre e Marc Bloch, que segundo as ideias de Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (2004, p. 16) esse movimento possibilitou o surgimento de uma história abrangente que passou a registrar os feitos históricos em sua totalidade, não se concentrando meramente nos fatos políticos, mas também os sociais, os psicológicos e, até mesmo, os linguísticos, propiciando um novo olhar do historiógrafo para com o registro histórico.

Dessa forma, a historiografia linguística se apresenta como uma disciplina explicativa abrangendo questões que vão além da dimensão do conhecimento acerca da linguagem, como também a própria dimensão social, sendo possível identificar o contexto de produção da obra, e, por

meio deste, estabelecer as influências sobre o conhecimento linguístico. (BASTOS & PALMA, 2004, p. 18)

Nesse sentido, a história externa e interna da língua portuguesa apresenta características que se diferenciam, enquanto a primeira traz uma abordagem sobre a história dos acontecimentos socioculturais e políticos, a segunda se caracteriza pela transformação do sistema linguístico, levando em consideração os aspectos fonéticos, fonológicos, morfológicos, semânticos e entre outros. Assim, a historiografia linguística não tem como foco o estudo da história, mas utiliza-se da mesma para explicar a evolução do pensamento linguístico.

Frente a isso, faz-se necessário enfatizar que, como aponta Maria Cistina Salles Altman (2012, p. 22), a pesquisa na área da historiografia linguística “ambiciona descrever e explicar a história das ciências da linguagem, e os fatores que puderam ser associados ao seu desenvolvimento”. Dessa forma, o estudo historiográfico visa investigar como o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e recepcionado.

A institucionalização da historiografia linguística emerge no Brasil a partir da reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL e passa a ser tida como uma disciplina, no programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo. As contribuições, no Brasil, para o fortalecimento da historiografia linguística, são advindas de estudiosos que buscaram resgatar os fatos de grande relevância do passado linguístico, bem como: Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, do Grupo de pesquisa de Historiografia da Língua Portuguesa; José Marcelo Luna de Freitas, da UNIVALI; Maria Cistina Salles Altman, da USP; Nacy dos Santos Casagrande, do IP-PUC/SP (NOGUEIRA, 2015). E, no Maranhão, com as pesquisas da Sônia Maria Nogueira, do GELMA, coordenadora da linha de pesquisa Historiografia Linguística e Ensino, e da linha de pesquisa Discurso, Memória e Ensino, na UEMASUL.

É imprescindível que o exercício de pesquisa na área da historiografia linguística exija do historiógrafo da língua um amplo preparo intelectual, com amplitude de objetivos e profundidade de saberes, tendo que adotar um conhecimento quase que enciclopédico, uma vez que a mesma se apresenta em um plano pluridisciplinar, de acordo com Neusa Barbosa Bastos (2008, p. 98). Dessa forma, se faz relevante enfatizar que a historiografia linguística é o modo de refletir sobre o saber linguístico produ-

zido, tendo como objetivo descrever e explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto. (SWIGGERS, 1974)

Nessa perspectiva, Jan de Clercq e Pierre Swiggers (1981, *apud* ALTMAN, 2012) apontam algumas motivações que provam a verdadeira essência do fazer historiográfico, a saber: tentar compreender a historiografia linguística como um sujeito enciclopédico; encará-la como ilustração do progresso de crescimento; buscar a defesa, a difusão e a promoção de um modelo linguístico particular em detrimento de outros; exercitar a historiografia linguística como descrição e explicação de conteúdos inseridos em um contexto histórico; praticar a historiografia linguística como testemunha interior sobre uma realidade social.

Segundo as ideias de Pierre Swiggers (1974, p. 1), a historiografia linguística “tem testemunhado um crescimento espetacular no número dos seus praticantes – especialmente na Europa, e, ao longo das últimas décadas, nas Américas – o campo pode festejar igualmente a existência de vários periódicos”. Desse modo, os estudos na área da historiografia linguística no Brasil vêm crescendo cada vez mais, principalmente com relação a estudos referente à gramaticografia portuguesa, que conforme Pierre Swiggers (1990, *apud* MEDEIROS, 2007, p. 32) ressalta que

uma das áreas mais estudadas pela historiografia da língua portuguesa é a história da gramática – gramaticografia – em que o historiógrafo observa, descreve e explica como se desenvolveu o conhecimento linguístico no momento da produção da gramática estudada.

Assim, temos como uma das principais representantes da historiografia linguística a professora Maria Cistina Salles Altman, que publicou sua tese intitulada *A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)*, consumando a primeira apresentação em historiografia linguística da língua portuguesa no Brasil, conforme aponta Sheila Pinheiro Moisés Medeiros (2007, p. 34). Faz-se relevante ressaltarmos que o objeto de estudo da historiografia linguística pode vir representado em duas categorias, uma no sentido metalinguístico e outra no não metalinguístico. A metalinguagem, conforme exemplifica Maria Cistina Salles Altman (2012, p. 26), está ligada com “o sentido exato dos termos originalmente empregados pelo autor-fonte”. Assim, o historiógrafo linguista deve buscar reconstruir o campo semântico do texto em análise, preservando e mantendo inalteráveis as terminologias utilizadas pelo autor. Desse modo, os objetos de categoria metalinguística podem ser uma gramática, um dicionário, um manual didático, entre outros. Nessa perspectiva, os objetos não metalinguísticos podem ser cartas, leis, entre outros, com base nas teorias de

Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (2004, p. 14).

Mediante o exposto, a historiografia linguística tem muito a contribuir com a nossa identidade linguística e cultural, Pierre Swiggers (1974, p. 49), um dos grandes representantes dessa área de estudo, traça uma breve reflexão acerca da relevância que a historiografia linguística pode propiciar, mencionando que refletir sobre a história da linguagem é “uma parcela essencial de nossa história como seres humanos”. Portanto, conseguimos expandir não somente o nosso conhecimento relacionado à linguística, mas também saber o papel exercido pela linguagem nas sociedades.

Faz-se relevante evidenciarmos a adoção de três princípios teórico-metodológicos traçados por Konrad Koerner (1996), que segundo ele representa a base para solucionar os possíveis problemas de abusos da linguagem técnica por parte do historiógrafo da linguística.

Assim, o primeiro princípio é o da *contextualização* que possibilita um resgate das teorias linguísticas propostas em períodos antigos, levando em conta o clima de opinião da época, bem como a influência dos aspectos socioeconômicos, socioculturais e educacionais que influenciaram o autor na produção da obra. Neusa Barbosa Bastos (2008, p. 98) defende que “a língua é regulada por uma série de fatores sócio-históricos e culturais. Diretamente associada ao seu contexto de produção, a língua recebe dele todas as influências possíveis ao mesmo tempo em que o influencia”. Sendo assim, a língua é uma ferramenta que ao mesmo tempo em que constitui a realidade, também é constituída por ela.

O segundo princípio é o da *imanência* que trata da análise do documento, tentando estabelecer uma compreensão quase completa do texto linguístico em questão. Segundo Konrad Koerner (1996, p. 61), “o quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, deve ser definido internamente e não em referência à doutrina linguística moderna”. Desse modo, o historiógrafo linguista deve manter-se neutro para não distorcer as teorias utilizadas pelo autor da obra.

O terceiro princípio trata da *adequação*, que possibilita ao historiógrafo fazer aproximações da teoria analisada, com uma teoria moderna. Konrad Koerner (1996, p. 60) ressalta que “pode o historiógrafo aventurar-se a introduzir, ainda que muito cuidadosamente e colocando seu procedimento de forma explícita, aproximações modernas de vocabulário técnico”. Assim, tais princípios são indispensáveis para a análise das teorias linguísticas, uma vez que possibilita analisarmos as dimen-

sões de continuidade e descontinuidade da historiografia linguística.

Além desses três princípios, Jan de Clerq e Pierre Swiggers (*apud* NOGUEIRA, 2015) destacam, ainda, cinco pontos motivacionais para o historiógrafo da língua, a saber: Como sujeito enciclopédico, como ramos de uma enciclopédia do saber; Como ilustração do progresso de conhecimento; Com o objetivo de defender, difundir ou promover um modelo linguístico particular em detrimento de outros; Como descrição e explicação de conteúdos de doutrina, inserida em um contexto histórico científico, e, também, como testemunha exterior sobre uma realidade social, influenciada pelas concepções e práticas linguísticas.

Além dos procedimentos metodológicos e dos pontos motivacionais, Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (2004, p. 12) destacam a *questão das fontes*, que podem ser primárias e secundárias e os critérios de análise, bem como: apresentação e organização das obras; e intenção teórico-metodológica do autor.

4. Contextualização: o Brasil na segunda metade do século XIX

Para um entendimento completo dos documentos em questão, considerando a natureza social da língua, enfatizamos as principais correntes em uso na época, no que diz respeito aos fatores históricos, socio-culturais e educacionais, da segunda metade do século XIX, no Brasil, especificamente no Maranhão. Sônia Maria Nogueira (2015, p. 47) estabelece que a “historiografia linguística transcende seu aspecto científico da linguística ao abarcar também a dimensão social, em virtude de detectar, analisar e explicar as mudanças ocorridas durante o recorte investigado”.

Assim, podemos destacar algumas modificações ocorridas neste período, a saber: em 1854, foi criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e secundária do município da corte, que tinha como objetivo fiscalizar e orientar o ensino tanto público quanto particular; estabelecimento das normas para exercício da liberdade de ensino e um sistema de preparação do professor primário; reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, com base em programas e nos livros adotados nas escolas; reorganização do Conservatório de Música e reformulação dos estatutos da aula de comércio e corte. (RIBEIRO, 2000)

Faz-se necessário ressaltar que a segunda metade do século XIX faz parte da fase Imperial, tendo como representante Dom Pedro II. Du-

rante a fase imperial, baseado nos estudos de Sônia Maria Nogueira (2015), no Brasil, de acordo com estatísticas oficiais, eram 162 escolas de meninos e 18 para meninas, sendo que a maioria se concentrava na capital, que na época era Rio de Janeiro. Tais escolas tinham como predomínio o ensino primário e a falta de professor era grande, o que dificultava no aprendizado dos alunos.

Conforme Neusa Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma (2004, p. 133-134), o sistema educacional no Brasil pode ser dividido em duas fases, por serem épocas que apresentam distintas características: a primeira fase que vai de 1850 a 1870 e a segunda que vai de 1870 a 1894, esta última sendo dividida em imperial e republicana. Na primeira fase, foi instituído pela Inspetoria Geral da Instrução primária e secundária, que o ensino primário nas escolas deveria compreender conteúdos, tais como: instrução moral e religiosa com leituras explicadas dos evangelhos e da História sagrada; leitura, escrita e cálculos, noções essenciais de geometria e sistema de pesos e medidas do município.

Na segunda fase (1870-1894), podemos destacar a criação de duas reformas educacionais. A primeira foi a reforma proposta por Leôncio de Carvalho, em 19 de abril, de 1879. Tal reforma não teve a aprovação do legislativo, todavia algumas ideias chegam a ser difundidas. Assim sendo, a reforma defendia a liberdade de ensino, o exercício do magistério e a liberdade de frequência, possibilitando a alunos do curso secundário e superior estudar como e onde quisessem. Em 1890, foi criada a reforma de Benjamim Constant, que visava à laicidade do ensino, princípios de orientação e a gratuidade do ensino primário, segundo Maria Luisa Santos Ribeiro (2000), exemplificada na tabela 1:

REFORMA BENJAMIM CONSTANT (1890)	
1 – Escola Primária	
Categorias	Faixa Etária
1º Grau	7 a 13 anos
2º Grau	13 a 15 anos
2 – Escola Secundária – duração de 7 anos	
3 – Escolas Superior – ensino politécnico, de direito, medicina e militar	
4 – Exame de Madureza – verificava se o aluno tinha a capacidade intelectual necessária ao término do curso.	

Tabela 1. Reforma Benjamim Constant (1890). Fonte: RIBEIRO (2011)

Com efeito, verificamos que a segunda metade do século pode ser apontada como uma época de férteis realizações, todavia, as melhorias não atingiam a toda população, sendo que os mais favorecidos eram as

camadas privilegiadas da sociedade. Nesse período, a única lei geral sobre a educação da época, era a lei de 15 de outubro de 1827, sendo esta proveniente das ideias de Januário da Cunha Barbosa, tendo por ideias principais a de que a educação, por todo território nacional, era dever do estado. A partir da criação dessa lei, ouve uma necessidade de reorganização do sistema educacional da época. Entretanto, ambas as melhorias se destinavam aos “homens livres da sociedade”. (RIBEIRO, 2000)

5. O Maranhão na segunda metade do século XIX

A província maranhense, nesse período, agregava a burguesia mercantil, sendo a maioria portuguesa, com a oligarquia rural brasileira. A base da economia era a exportação do algodão e do açúcar, que, segundo Odaléia Alves da Costa (2013, p. 29), de “[...] São Luís, partiam embarcações com destino à Inglaterra, França, Portugal e Lisboa”, para isso se utilizavam da mão de obra escrava. Assim, a população escrava da época era analfabeta, correspondendo a um total de 72.967 escravos, sendo que apenas 21 mulheres e 51 homens sabiam ler. Em relação à educação dos ex-escravos, nada foi feito para amenizá-la, sendo que a educação era destinada a uma minoria advinda das classes privilegiadas.

Em relação à educação, se nota uma grande carência de professores, devido à falta de escola normal na província. A primeira escola de ensino secundário criada no Maranhão foi o Liceu Maranhense, a partir da Lei nº 77, de 24 de julho de 1838. Tal estabelecimento teve como diretor e professor, o famoso gramático Francisco Sotero dos Reis. Com efeito, os conteúdos para o ensino abrangiam filosofia racional e moral; retórica e poética; geografia e história; gramática filosófica da língua e análise dos clássicos; língua grega; língua latina; língua francesa; língua inglesa; desenho; aritmética, primeira parte de álgebra, cálculo e mecânica; navegação; trigonometria esférica e observações astronômicas. (MORAES, 1988, *apud* NOGUEIRA, 2015, p. 59)

Com base nos estudos de José Henrique de Paula Borralho (2009), Odaléia Alves da Costa (2013) ressalta que o intercâmbio entre Brasil e Portugal, a exemplo, era muito próximo, sendo que 2,41% da população maranhense estudavam na Universidade de Coimbra, representando 12 vezes mais o percentual de alunos que passavam pelo ensino secundário, no Liceu Maranhense.

6. Imanência: análise das obras

Neste capítulo, será apresentada a análise das obras *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Felipe Benício de Oliveira Condurú (1850); *Grammatica Portugueza, Accomodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica*, de Francisco Sotero dos Reis (1866); *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Clássicos*, de Francisco Sotero dos Reis (1870) e *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873). Com efeito, abordaremos três categorias: 1) introdução, 2) organização e 3) conceitos de língua, linguagem e gramática:

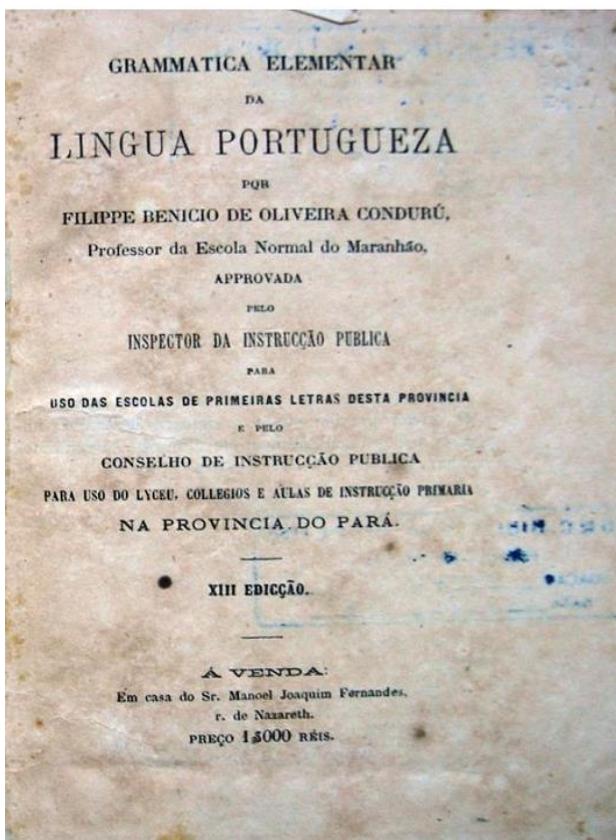


Fig. 1 Fonte: Felipe Benício de Oliveira Condurú (1888) – Capa

6.1. Primeiro aspecto: introdução

A primeira obra a ser analisada é a obra *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Filippe Benício de Oliveira Condurú, em sua 13ª edição, de 1888. Filippe Benício de Oliveira Condurú nasceu em 23 de agosto de 1818, e faleceu em 12 de novembro de 1878 em São Bento dos Peris, então província do maranhão.

Esta obra, além de ter sido adotada no Maranhão, também, foi indicada para estudos na província do Pará. Em relação à análise do discurso, evidencia-se que o discurso do autor se coaduna com o dos legisladores da educação maranhense e paraense.

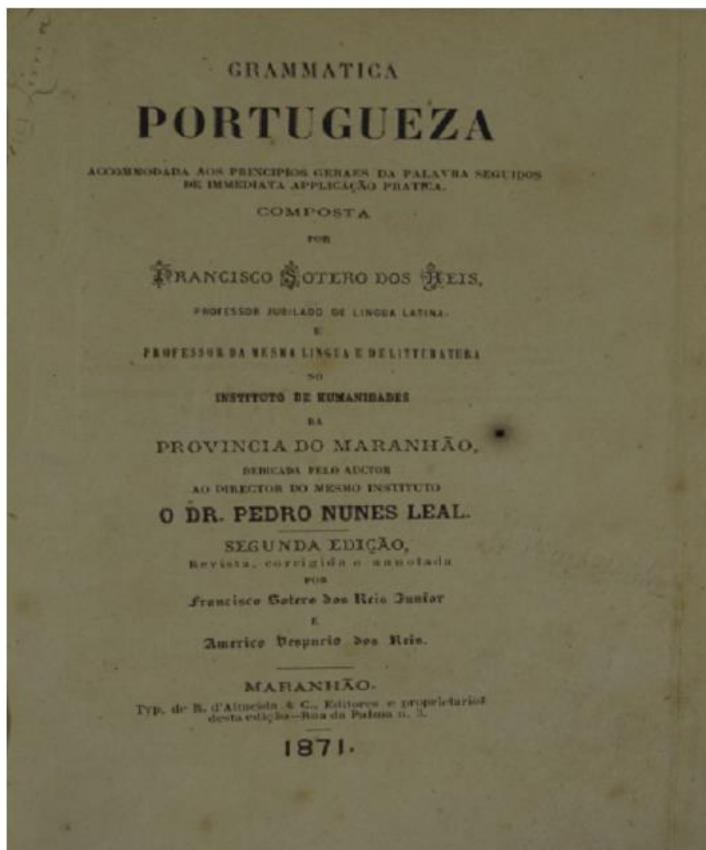


Fig. 2 Fonte: Francisco Sotero dos Reis (1871) - Capa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na "Introdução", ressalta que o seu fim é dar preceitos e regras para falar, escrever e ler com acerto. Assim, foram privilegiados, de forma sucinta, apenas os conceitos a serem trabalhados no corpo da obra, a saber: “falar, escrever, ler, letra, syllabas, palavra, nome, monossyllabo, palavra primitiva, palavra simples, palavras na accepção natural, palavras na accepção figurada, oração ou frase e período”. (CONDURÚ, 1888, p. 3)

A segunda obra a ser analisada é a *Grammatica Portugueza, Accomodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica*, de Francisco Sotero dos Reis, em sua 2ª edição, de 1871). O autor, também maranhense, nasceu em 1800 e faleceu em 1871; aos 21 anos, já lecionava gramática latina, no Collegio D'instrução, e foi considerado o primeiro professor público do Maranhão, após a Independência. Em relação à análise do discurso, evidencia-se que o discurso do autor se coaduna com o dos legisladores da educação maranhense, visto ter sua obra adotada na Província do Maranhão.

Além da carta ao público, foram inseridos os "Prolegomenos" do autor que iniciavam a primeira edição, e Francisco Sotero dos Reis (1871, p. VII) expõe sua preocupação com o magistério, pois procurou “simplifical-a o mais possível na theoria, subordinando os usos especiaes da lingua só aos principios geraes da eterna verdade”; e complementa “o methodo e aclareza nao teem maior inimigo do que a multiplicidade das regras, que só serve de embarçar o alumno sem explicar-lhe cousa alguma”.

A terceira obra a ser analisada é *Postillas Grammatica Geral, Aplicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Clássicos*, de Francisco Sotero dos Reis (1870), surgiu a partir das observações que o autor fazia nas aulas de latim, das divergências existentes entre a língua latina e a língua portuguesa.

Em relação à análise do discurso, evidencia-se que o discurso do autor se coaduna com o dos legisladores, uma vez que a obra foi adotada para estudo no Instituto de Humanidades, em São Luís, Maranhão.

A obra não é composta por uma "Introdução", sendo uma obra de conteúdos simplificados, em que o autor começa diretamente a abordar os conteúdos.

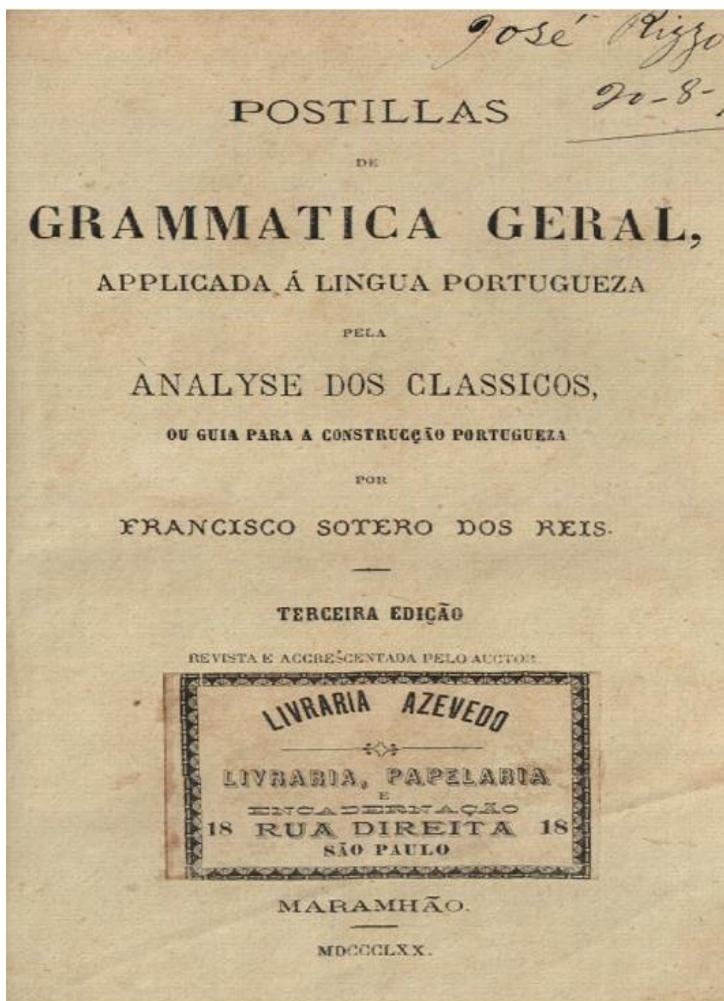


Fig. 3 Fonte: Francisco Sotero dos Reis (1870) - Capa

A quarta obra a ser analisada é a *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873). Em relação à análise do discurso, evidencia-se que o discurso do autor se coaduna com o dos legisladores, pois a obra foi um modelo adotado para o curso de estudos no Collegio da Immaculada Conceição; sendo que o autor da mesma foi diretor e professor deste estabelecimento.

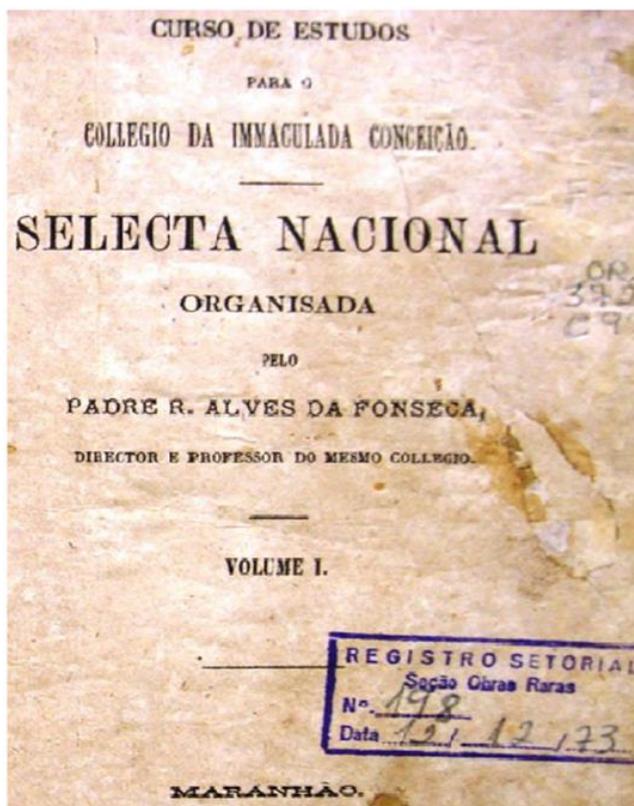


Fig. 4 Fonte: Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873) - Capa

Na primeira parte da "Introdução", *Educação Nacional – Escrip-tores Pátrio*, o Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873, p. V) enfatiza que é preciso abrir “mão desses compêndios *transmarinos* e iniciando a nascente geração em moldes mais domésticos e pátrios”, tornando evidente a justificativa para a criação desta obra. Ainda nesta parte, o Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873, p. VI) destaca que era necessário “dar aos nossos meninos desemeçadas e elegantes traduções de Trajano Galvão, ricas flores de Gonçalves Dias, o Cysne Brasileiro, a crítica firme e conscienciosa e as narrações claras de João Lisboa, o Herculanô Maranhense”. Assim, evidencia-se a importância que o autor atribuía aos autores maranhenses, ofertando, por meio da educação, o reconhecimento e a valorização de textos pátrios.

6.2. Segundo aspecto: organização

A *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza*, de Filipe Benício de Oliveira Condurú (1888), segue o modelo latino, pois se divide em quatro partes, bem como: etimologia, prosódia, ortografia e sintaxe. Desse modo, elaboramos uma exposição diversa do original, mantendo o conteúdo, com o intuito de termos objetividade na apresentação, como a seguir:

Capítulo I – Etymologia	Capítulo II – Prosodia
I substantivo	I som
II genero do substantivo	II acento
III adjectivo	III quantidade das syllaba
IV variações dos nomes	IV figuras de dicção
V verbo	Capítulo III – Orthographia
VI conjugação dos verbos auxiliares	I vogais
VII conjugação dos verbos	II consoantes
VIII conjugação activa dos verbos regulares	III letras dobradas
IX conjugação activa do verbo unir para modelo dos da terceira conjugação, e do verbo	IV emprego das letras maiusculas, do uso do hyphen e do apostropho
X conjugação da voz reflexa e da passiva dos verbos	V pontuação
XI formação dos tempos e dos verbos irregulares	Capítulo IV – Syntaxe
XII preposição	I oração e suas partes essenciais
XIII adverbio	II período e orações que o compõem
XIV conjuncção	III syntaxe de concordancia
XV interjeição	IV syntaxe de regencia
	V construcção
	VI figuras de syntaxe

O autor divide, portanto, esta obra em quatro partes. O primeiro capítulo trata da *Etymologia* e cuida das classes das palavras. No caso da *Prosódia*, o autor trata do som que deve reger a pronúncia como correta, do acento da quantidade das sílabas, das figuras de dicção e, por fim, dos fenômenos linguísticos que provocam variações na pronúncia de certas Palavras. Enquanto a *Orthographia* é a parte que lida com a grafia correta das palavras. Por último, trata da *Syntaxe*, definida como “a parte da grammatica que regula o emprego das palavras na composição da oração e do período” (CONDURÚ, 1888, p. 86). Esse modelo de organização se estende até o século XX e, ainda, hoje se encontra em muitas gramáticas pedagógicas em uso nas escolas brasileiras.

Assim sendo, trataremos da organização da obra *Grammatica Portugueza, Accomodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de*

Immediata Applicação Pratica, de Francisco Sotero dos Reis (1871), que segue o modelo latino, na medida em que está dividida em quatro partes, bem como: etimologia, prosódia, ortografia e sintaxe. Assim, com o intuito de termos objetividade na apresentação e mantendo o conteúdo original, elaboramos uma exposição da organização, como a seguir:

Etymologia	Orthographia
Nome substantivo	Conceito
Pronome Pessoal	I letras maiusculas ou grandes:
Nome adjetivo	observações quanto á maneira de escrever
Verbo	II signaes orthographicos ou de pontuação
Conjunção	Prosodia
Preposição	Conceito
Adverbio	I as palavras portuguezas
Interjeição	que admittem accentto prosódico
Syntaxe	II accentos orthographicos
noções preliminares	
Syntaxe das palavras	
Modelos de analyse	
Syntaxe das proposições	

O autor inicia a obra com o estudo da etimologia, que se define como “a parte da grammatica que ensina a conhecer a natureza e origem das palavras”. A segunda parte é destinada ao estudo da sintaxe, que é “a parte da grammatica que ensina a coordenar as palavras e as proposições” e trata das relações entre as palavras, levando em consideração o nexos, a concordância e subordinação. A terceira se volta para o estudo da ortografia “parte da grammatica que ensina a escrever as palavras correctamente”. E, na última parte, o autor enfatiza o estudo da prosódia, que é “a parte da grmmatica que ensina a pronunciar as palavras correctamente”. (REIS, 1871, p. VIII)

Assim sendo, passaremos para a análise da obra *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portugueza pela Analyse dos Clássicos*, de Francisco Sotero dos Reis (1870). A obra contém 280 páginas, conforme a organização a seguir:

PRIMEIRA PARTE	TERCEIRA PARTE
Partes da oração invariaveis	SECÇÃO I. Particularidade de construção e idiosmismos da lingua portugueza
Parte da oração variaveis	
Modelos de analyse	
SEGUNDA PARTE	SECÇÃO II. Idiotismos e dificuldades grammaticaes
Periodo	QUARTA PARTE
Proposições absolutas	
Proposições subordinadas	Figuras de comstrucção
Proposições subordinadas	QUINTA PARTE

circunstancias	
Completivas	SECÇÃO I. Estrutura do periodo grammatical
observações finaes	
Modelo de uma successão de periodos	SECÇÃO II. Continuação da formando discurso seguido estrutura do periodo grammatical

Desse modo, na "Primeira parte", o autor inicia com a "Proposição". Na "Segunda parte", são abordados os "períodos grammaticaes". A "Terceira parte" traz em questão "as particularidades de construção e idiotismos da Lingua Portugueza". Na "Quarta parte", foram privilegiadas as "figuras de construção", destacando a "ellipse, pleonasmo, syllepse, hyberbato". Na "Quinta parte", na "Primeira Secção", Francisco Sotero dos Reis (1870, p. 143) evidencia a "estrutura do período gramatical" relacionado com "a colocação dos complementos" a exemplo do "sujeito" e do "attributo".

Em continuidade, trataremos da organização da obra *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873). Dessa forma, a obra contém 232 páginas, nas quais apresenta textos dos melhores poetas brasileiros e estrangeiros. Assim sendo, para compreendermos melhor a sua organização mantendo a originalidade do conteúdo abordado, indicamos a seguir:

ÍNDICE	TERCEIRA PARTE
PRIMEIRA PARTE	SECÇÃO LITERARIA
INTRODUCCÃO	Biografia de Francisco Sotero dos Reis
SEGUNDA PARTE	
LEITURAS VARIAS	Antonio Gonçalves Dias
Louvores do saber	Manuel Odorico Mendes
Idéa de Deus (poesia)	João Francisco Lisboa
Amor da pátria	Joaquim Franco de Sá
O verdadeiro o patriota	José Candido de Moraes e Silva
O Brasil (poesia)	Antonio Joaquim Franco de Sá
Contra a preguiça	Joaquim Gomes de Souza
Epigrama: aos <i>negligentes</i> (poesia)	Trajano Galvão de Carvalho
Culto á Virgem Santissima	Feliciano Antonio Falcão
Napoleão (poesia)	Christovão Colombo
Retrato do Padre Antonio Vieira	QUARTA PARTE
Aves e outros animaes do Brasil	PARTE HISTÓRICA
As aves de minha terra (poesia)	Revolução do Maranhão: O Bequimão
Apólogo: <i>o vento, a agua e a vergonha</i>	
Electricidade athmospherica	Costumes dos indigenas
O fogo	Principios de Historia Natural
Y-juca-pirama (poesia)	Noções sobre Agricultura
Vasco da Gama e Cabral	Preceitos de Civilidade
Os mandamentos do crepúsculo (poesia)	Conhecimentos uteis

Exaltação da mulher	Resumo da Historia Universal
O Brazil, <i>animando-se</i> (poesia)	Historia do Brasil
Viagem pelo Amazonas	
Fragmento: discurso sobre a escravatura	

Assim, observamos que o índice está dividido em quatro partes. A "Primeira Parte" é a Introdução, que está inserida na página 5; a "Segunda Parte" abrange "leituras varias", da página 9 a 56; na "Terceira Parte", temos a "Secção Literaria", da página 59 a 85; e na "Quarta Parte", temos a "Parte Histórica", da página 95 a 189.

A seguir, trataremos do terceiro aspecto de análise.

6.3. Terceiro aspecto: conceitos de língua, linguagem e gramática

Iniciamos com a obra *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa*, de Filippe Benício de Oliveira Condurú (1888). O autor destaca o fato de que sua gramática não se limita aos fatos relativos à língua escrita, mas expande-se para a linguagem articulada, abrangendo tanto a expressão por *viva voz* – oral – ou por *caracteres* – escrita.

É possível notar também que, para o autor, há uma gramática geral, comum a todos os homens, e outra que é particular, própria de cada povo, de cada nação. Assim como os gramáticos de Port-Royal do século XVIII, que abarcam tanto o encontro da gramática particular quanto a filosofia. Assim sendo, Filippe Benício de Oliveira Condurú apresenta evidências de quem acredita que deve haver uma gramática geral para tratar de estruturas universais de análise do pensamento, e uma gramática particular, para tratar dos meios de que cada língua se vale para traduzir a análise do pensamento em palavra.

A próxima análise trata da obra *Grammatica Portugueza, Accomodada aos Principios Geraes da Palavra Seguidos de Immediata Applicação Pratica*, de Francisco Sotero dos Reis (1871), que conceitua gramática que se divide em geral e particular. Assim, a "Grammatica Geral é a Sciencia dos principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escrita em todas as linguas", enquanto que a "Grammatica particular é a arte de aplicar aos principios immutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua". (REIS, 1871)

Quanto ao conceito de linguagem o autor aponta que se divide em sons articulados, a que consta de palavras, e linguagem de ação, a que consta de gestos (REIS, 1871, p. VIII, IX). Logo em seguida, apresenta o

conceito de língua, que, segundo o autor,

uma língua pois, quando se toma esta palavra em sentido figurado, ou no idioma de um povo, não é mais do que um systema de signaes, o qual pode ser mais ou menos completo, segundo a língua se acha mais ou menos aperfeiçoada.

Nessa perspectiva, o autor se volta para o estudo e ensino de Língua Portuguesa, com o propósito de uma concepção de ensino de língua simples em que se usa apenas regras necessárias.

Na obra *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portuguesa pela Analyse dos Classicos* ou *Guia para a Construcção Portuguesa*, Francisco Sotero dos Reis (1870) não deixa explícitos os conceitos de língua, linguagem e gramática. Todavia, podemos identificar que o ensino das estruturas gramaticais se dava por meio da utilização de textos consagrados. O autor ressalta que “antes de Camões, o portuguez era um idioma ainda pobre, e, por vezes, hórrido nas maneiras de dizer, [...] mas com elles e depois delles, foi uma língua mui rica, e própria para todo gênero de assumptos”. Além disso, os demais conceitos podem ser identificados em sua outra obra, a *Grammatica Portuguesa*.

Na obra *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873), o autor não explicita os conceitos relativos a este aspecto da análise, pois a mesma não é uma obra gramatical, entretanto, traz conteúdos que incide sobre alguns aspectos da língua portuguesa, bem como temas voltados para a leitura e à utilização de textos literários, de autores portugueses e estrangeiros. Quanto ao ensino da língua portuguesa, verificou-se que o mesmo acontecia por meio do uso das biografias de autores renomados e pela utilização de textos literários clássicos. Utilizava, também, biografias, como: Francisco Sotero dos Reis; Antonio Gonçalves Dias; Manoel Odorico Mendes e Antonio Joaquim Franco de Sá.

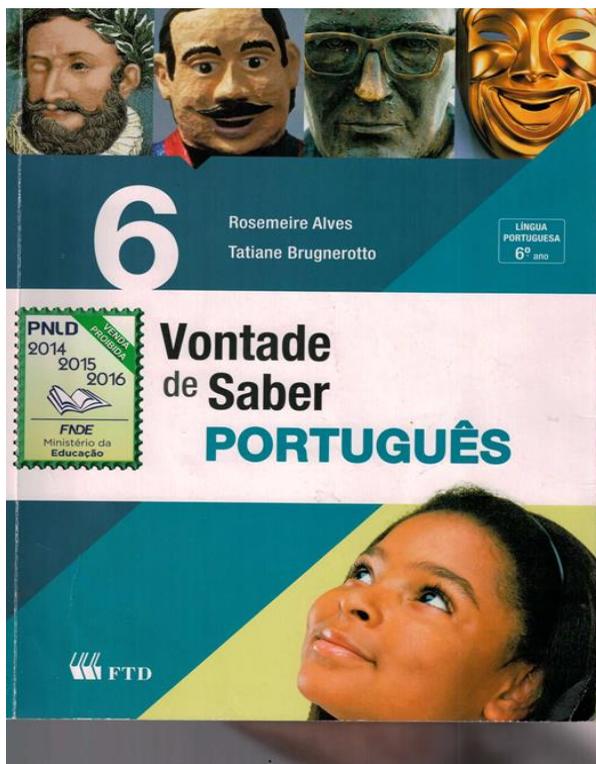
7. Adequação: confronto das obras

Para a adequação utilizamos a obra *Vontade de Saber Português*, publicada em 2012 pela editora FTD – São Paulo e contém 256 páginas.

A análise do discurso do legislador da educação encontra-se na obra, por meio do conteúdo identificado na obra, conforme a chancela do PNLD estampada na capa. Dessa forma, afirmamos que as autoras aceitam as normas da política linguista que vigora no período de 2014 a 2016.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A obra não apresenta "Introdução". Nesse aspecto, por um lado, a obra *Postillas de Grammatica Geral*, de Francisco Sotero dos Reis (1870), também não apresenta; quanto à *Grammatica Portuguesa*, de Francisco Sotero dos Reis (1871), não traz "Introdução", porém, exibe "Prolegomenos". Por outro lado, tanto a *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa*, de Filipe Benício de Oliveira Condurú (1888), quanto a *Selecta Nacional*, do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873) têm "Introdução".



Fonte: Alves e Brugnerotto (2012) -capa

Assim sendo, as autoras fazem uma "Apresentação" do livro em que aborda “a importância de estudar a língua portuguesa como forma de conhecer o mundo por meio da leitura, literatura, aventuras com uma infinidade de informações que envolvem o leitor e a diversidade de conteúdo”.

Rosemeire Aparecida Alves Tavares e Tatiane Brugnerotto Conselvan (2012, p. 03) afirmam que “Estudar língua portuguesa é uma oportunidade de viajar pelo maravilhoso mundo da literatura”, e, também, “de viver aventuras sem fim e de entrar em contato com uma infinidade de informações [...] imprescindíveis no seu desenvolvimento como leitor e escritor proficientes”.

Além disso, afirmam que, com a finalidade de proporcionar prazer aos estudos dos educandos, preparando-os para os futuros obstáculos, disponibilizarão para estudo uma seleção de textos variados.

Em relação à "Organização", verificamos que esta obra de Rosemeire Aparecida Alves Tavares e Tatiane Brugnerotto Conselvan (2012) marca uma descontinuidade do modelo greco-latino de Port-Royal, assim como a obra do Padre Raimundo Alves da Fonseca (1873); ao contrário da obra de Filipe Benício de Oliveira Condurú (1888) e das duas obras de Francisco Sotero dos Reis (1870, 1871).

Assim sendo, descrevemos, de forma sucinta a organização da Vontade de saber português, a seguir:

Sumário	
Unidade 1	Unidade 4
Capítulo 1	Capítulo 1
Unidade 2	Capítulo 2
Capítulo 2	Unidade 5
Unidade 2	Capítulo 1
Capítulo 1 – Leitura 1; Estudo do texto; Leitura 2; Estudo do texto; Interação entre os textos; Ampliando a Linguagem; Produção Escrita; Produção Oral; A língua em estudo	Capítulo 2
	Unidade 6
	Capítulo 1
Capítulo 2	Capítulo 2
Unidade 3	Ampliando seus conhecimentos
Capítulo 1	Bibliografias
Capítulo 2	

Desse modo, identificamos que Rosemeire Aparecida Alves Tavares e Tatiane Brugnerotto Conselvan (2012), em conformidade com as teorias contemporâneas, utiliza o texto como pretexto para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Portanto, os conceitos estão inseridos ao longo da obra, por meio de exemplos e exercícios.

8. Considerações finais

Observamos, portanto, que existem diversas formas de analisarmos a mudança do pensamento linguístico, dentro de uma determinada época, e que várias são as ciências que se voltam para essas questões. Desse modo, a Análise do Discurso tem um papel de mediadora entre o homem e a sociedade, uma vez que busca investigar o discurso e seus reflexos em um âmbito social. Enquanto que a historiografia linguística possibilita o resgate da nossa cultura e identidade linguística. Assim, a historiografia linguística contribui não somente com as investigações referentes ao percurso linguístico em uma determinada época, mas também pode servir como uma ferramenta pedagógica, possibilitando ao professor uma nova forma de abordagem da língua. Além de contribuir na formação de cidadãos críticos.

Portanto, o processo da gramaticografia maranhense, na segunda metade do século XIX, nos leva a perceber que é um momento em que verdadeiras produções são elaboradas, com o objetivo não somente de ditar regras para o bom funcionamento da língua, mas também possibilitar uma maior compreensão da língua que utilizamos para o processo comunicativo. Além disso, verificamos que os autores são detentores de uma cultura clássica, mostrando um pensamento que está para além da época e contribuíram de forma significativa com a educação do período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Maria Cistina Salles. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *Todas as Letras*, vol. 14, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/4526/3488>>. Acesso em: 09-09-2016.

ARAÚJO, Antônio Martins de. *A herança de João de Barros e outros estudos*. São Luís: AML, 2003.

BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural*. São Paulo: Educ, 2008.

_____; PALMA, Dieli Vesaro (Orgs.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

COSTA, Odaléia Alves da. *O livro do povo na expansão do ensino pri-*

mário no Maranhão (1861 -1881). 2013. Tese (doutorado em história da educação e historiografia). – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CONDURÚ, Francisco Benício de Oliveira. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. 13. ed. São Luís (MA), 1888.

FONSECA, Padre Raimundo Alves da. *Selecta nacional*. São Luís: Typ. de B. de Matos, 1873.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006 [2. ed. 2013].

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. Washington, Universidade de Ottawa. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996. Disponível em:

<<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240/253>>.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

MEDEIROS, Sheila Pinheiro Moisés. *Dois momentos da gramaticografia da língua portuguesa: “Nova gramática do português contemporâneo” e “Gramática da língua portuguesa” – um estudo historiográfico*. 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, Sônia Maria. *Língua portuguesa no Maranhão do século XX sob o enfoque historiográfico*. São Luís: Eduema, 2015.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. O estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, vol. 4 e 5, p. 19-34, 2000. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_04.html> Acesso em: 21-11-2015.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica*. São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1871.

_____. *Postillas de grammatica geral, applicada á lingua portugueza pe-*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

la analyse des classiques ou guia para a construcção portugueza. 3. ed. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 1870.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SWIGGERS, Pierre. *A historiografia da linguística: objeto, objetivos e organização*. 1974. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf>>. Acesso em: 23-11-2016.

TAVARES, Rosemeire Aparecida Alves; CONSELVAN, Tatiane Brugnerotto. *Vontade de saber português*. 6º a 9º ano. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2012.